

A ESCOLA PLURAL, O MONITORAMENTO DE APRENDIZAGEM E ESCOLA INTEGRADA: QUAL É O PAPEL DA ESCOLA?

Samira Zaidan¹
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Vamos abordar a temática desse Simpósio tomando como ponto de partida a experiência da Escola Plural, programa político-pedagógico implantado nas escolas da cidade de Belo Horizonte, elaborado e proposto por equipe dirigente do Governo Municipal nos anos 1994/95/96. O Programa apresentava a perspectiva da escola como direito para todas as crianças e jovens e propunha transformações radicais na estrutura escolar para enfrentar a reprovação e evasão, índices à época muito altos, expressando uma situação de grande exclusão escolar. Para isso, propugnava uma nova construção curricular pautada na “alegria de aprender”, entendendo a escola como um tempo/espaço de formação sociocultural. Sua experiência teve um período inicial vigoroso quando se implantou, seguindo-se mandatos dos Governos e políticas diferenciadas ao longo dos anos, sempre envolvida a polêmicas e controvérsias, terminando por ser “encerrada” nos discursos oficiais no ano 2010. Nesse trabalho, faremos algumas considerações sobre a Escola Plural, citando suas principais proposições: a organização da educação básica em ciclos, a construção curricular e a avaliação qualitativa. Apresentaremos as principais propostas político-pedagógicas que hoje se desenvolvem nas escolas municipais: o monitoramento da aprendizagem e a Escola Integrada. Ao final, problematizamos alguns aspectos das propostas, que deixam indicativos de que o papel da escola, no contexto social de universalização, continua em debate.

Palavras-Chave: Escola Plural. Escola Integrada. Reforma Educacional. Educação Básica.

Algumas considerações sobre a Escola Plural

A Escola Plural pode ser considerada parte de mobilização social dos docentes que, em um Programa de Governo reuniu ideias e propostas que vinham sendo debatidas por setores mais engajados numa perspectiva de transformação democrática e social. Foi implantada nas escolas municipais de Belo Horizonte nos anos 1994 a 1996. Pensava a escola universalizada na cidade, para crianças, adolescentes, jovens e adultos, visando sua formação como sujeitos socioculturalmente plurais. O Programa Escola Plural, nas palavras de Glaura Vasquez de Miranda (2007) pode ser assim resumido:

O grande objetivo era ter uma escola pública sem discriminação, pluralista, democrática, não-excludente, capaz de incorporar toda a população escolar, independentemente de raça, etnia e sexo. No horizonte das propostas, estava a implantação de uma nova concepção de educação e, por conseguinte, de uma nova lógica de ordenamento escolar. Pretendia-se um currículo mais diversificado culturalmente, que incorporasse atividades artísticas, valorizasse a história, a literatura, a abertura para a comunidade, sem descuidar das disciplinas tradicionais. Pretendia-se, também, que os alunos das escolas públicas municipais tivessem avanços progressivos em seu desenvolvimento escolar. Havia uma séria crítica à cultura da reprovação e da repetência. Nas discussões, enfatizava-se uma escola aberta à comunidade, mais alegre e prazerosa, que contribuísse para o novo desafio das políticas públicas: a permanência de crianças e jovens na escola pública.

A Escola, nessa perspectiva, é entendida numa visão ampliada, pois se pretende “para todos” e incorpora setores de formação sociocultural diversificada, abordando e ensinando os conhecimentos considerados essenciais, mas também como “um espaço para a elaboração de sua cultura” (Arroyo, 2000, p. 16), participando da produção social do saber. Uma escola para formar a partir do reconhecimento da capacidade do “sujeito social” na participação, vivência e expressão cultural.

Podem-se destacar três orientações principais da Escola Plural, como um projeto político-pedagógico para as escolas: a organização da educação básica em ciclos de idade de formação; uma construção curricular que valorizava a cultura e a socialização, assentada na pedagogia de projetos e uma avaliação qualitativa dos processos formativos.

A Escola Plural tomava a educação básica como um tempo de direito das crianças e jovens, devendo com isso focar nas suas aprendizagens e desenvolvimento,

considerando as especificidades de cada fase de formação. A implantação dos ciclos de idade de formação compreendia a educação infantil como um tempo próprio, o ensino fundamental de nove anos com três tempos de três anos cada, mas que se articulavam (criança, pré-adolescência e adolescência) e o ensino médio como um tempo da juventude. Dentro dos ciclos, os agrupamentos de estudantes e turmas considerava uma construção curricular que valorizava a vivência e convivência como tempo/espço formativos dos estudantes de mesma idade, com atividades adequadas ao seu meio e formação, como espaço do encontro, das trocas, das realizações articulada em processos de desenvolvimento compartilhados e de conhecimento. Junto a essa ideia da organização dos estudantes por idade, que favorecesse suas aprendizagens compartilhadas, estava a proposta de criação de grupo de profissionais do ciclo, que a ele se dedicasse e aprofundasse os conhecimentos e saberes daquela idade específica de formação. Com isso, instituiu-se o tempo de formação em serviço e a coordenação pedagógica eleita pelos pares, sempre com referência numa atuação nos ciclos.

A construção curricular na Escola Plural apresentava a aprendizagem e o desenvolvimento do educando na escola como “processo”, buscando na perspectiva da investigação, da inquirição, da resolução de problemas e da sistematização dos conhecimentos a aprendizagem como partes inseparáveis do desenvolvimento dos educandos. Tratava, então, o currículo como uma ação criativa, original e complexa, articulada na educação básica como um todo e por idade de formação. Muitos textos e propostas (Cadernos da Escola Plural, PBH-MG) expressavam a perspectiva da pedagogia de projetos como um caminho capaz de proporcionar o desenvolvimento dessa visão geral.

Um ponto essencial pode ser considerado chave na discussão da proposta curricular da Escola plural: a escola deve ter como centro de seus processos múltiplos aquele a quem se destina, ou seja, o estudante, visto como um sujeito social de direitos, diferenciado nas condições econômicas, sociais e culturais, tendo nessa instituição o direito de se formar como cidadão consciente e capaz de entender o seu mundo, nele atuar de forma crítica e transformadora. Assim sendo, uniram-se as equipes da Escola Plural na construção desse referencial central, o aluno como sujeito da escola, sendo preciso conhecê-lo, considerar suas especificidades, sua idade de formação e criar condições para que sua formação seja específica, ampla e crítica.

Quanto aos aspectos relacionados à avaliação, na organização em ciclos e com uma visão ampla dos processos formativos, a Escola Plural proporcionou muitas

discussões, propondo eliminar o caráter estrutural que levava à classificação e seleção os estudantes, quando se convivia com altíssimos índices de reprovação e evasão escolar. A escola, até então, tinha uma dinâmica estrutural seletiva, especialmente excluindo muito cedo de uma escolarização regular as crianças e jovens que vinham das camadas populares. Desenvolve a Escola Plural a avaliação qualitativa, incorporando múltiplos aspectos e âmbitos do desenvolvimento e aprendizagem, construindo para tal uma ficha qualitativa, eliminando as notas. Na Escola Plural, as dificuldades de aprendizagem seriam tratadas dentro do ciclo, continuamente e podendo ao final de cada três anos, se o aluno realmente não mostrasse um desenvolvimento esperado, ficar mais um ano com atendimento específico, de modo que para esse conjunto o ciclo seria de quatro anos.

Como síntese, pode-se considerar que o Programa Escola Plural defendia a universalização da educação e a inclusão de todos na escola básica, a flexibilização das estruturas escolares, assentada numa visão de educação democrática e de qualidade. Acolheu a proposta da formação profissional em serviço e avançou nas ações de planejamento escolar, defendendo a proeminência da participação dos docentes e discentes nos processos formativos e na gestão escolar. O contexto de sua implantação era de um Governo Municipal progressista que desenvolveu um conjunto de ações na cidade e nas escolas, visando uma maior participação e inclusão social.

É de conhecimento público, contudo, que a implantação da Escola Plural foi cercada de críticas e controvérsias que vinham de todos os lados. Não faremos aqui uma melhor discussão sobre elas, mas consideraremos a questão que se debatia e marcou o nome desse Programa: o entendimento de ser o projeto voltado para a promoção dos estudantes sem que houvesse aprendizagem. Certamente essa não era a proposta da Escola Plural, mas um conjunto de situações ao longo dos anos levou a isso, de modo que na cidade o senso comum indicava ser ela uma proposta que acolhia a todos, mas o estudante não aprendia.

Desde a implantação da Escola Plural (1995-1996), as mudanças de Governo e suas orientações político-pedagógicas se seguiram em descontinuidades com as proposições daquele Programa (1997/2000 – 2001/2004 – 2005/2008 – 2009-2012). As polêmicas na cidade continuavam até que a própria Secretaria Municipal de Educação, no ano 2010, afirmou publicamente o fim do Programa nas escolas municipais. Alguns estudos podem ser consultados, entre os quais destacamos os de Angela Imaculada L. Dalben (1998), Cláudia Caldeira Soares (2000) e Juarez Melgaço Valadares (2008),

efetivaram análises da implantação da Escola Plural, retomando a história das escolas municipais, os Governos e suas ações nos anos anteriores à implantação e também contendo análises importantes dos processos vividos.

Com essas considerações, esperamos apenas situar a Escola Plural como um projeto político-pedagógico que teve importante papel na proposição de um conjunto de ações visando a “escola para todos”, adquirindo no cenário nacional uma atenção especial pela radicalidade com que tratou o rompimento com a estrutura seriada escolar classificatória e seletiva.

A política pedagógica da Rede Municipal de BH na visão de seus dirigentes atuais

Com o fim declarado da Escola Plural, seguiram-se novas proposições para as escolas municipais de Belo Horizonte. Para um melhor entendimento da atual política educacional da cidade, fizemos contato com a equipe dirigente da Secretaria Municipal de Educação. Fomos recebidos para uma conversa por dois Professores Coordenadores das Ações Político-Pedagógicas, professores da Rede Municipal que viveram o processo de elaboração e implantação da Escola Plural desde o seu início. Com o explícito objetivo de expor a visão dos dirigentes sobre a política educacional do município², os Professores responderam às questões propostas, discutiram ideias, conforme se segue³.

Segundo os Professores Coordenadores da Política Pedagógica do Município, o rompimento público com a “marca” da Escola Plural se colocou como necessário, diante do desgaste que ela representava com a população em geral, pois identificava-se com a ideia de que os estudantes não aprendiam, passavam pela escola e não desenvolviam. Segundo eles, a declaração pública “a escola plural acabou” vem romper com essa identidade negativa construída entre a sua implantação em 1995 e o ano 2010, abrindo espaços para a nova política que se implanta nos dias atuais.

A nova política pedagógica tem duas orientações principais: 1ª. Monitoramento direto dos processos de aprendizagem nas escolas municipais da cidade (como parte do modelo de gestão estratégica do Governo Municipal); 2ª. Implementação de projetos especiais diante das demandas detectadas e visando a implantação do currículo (com destaque para a Escola Integrada).

Para monitorar os processos de aprendizagem, a Secretaria Municipal estabeleceu metas a partir dos indicadores de avaliação institucional (todos os estudantes passam por duas avaliações anuais) e criou um conjunto de ações

sistemáticas para isso. Entre elas destacam-se: a volta do boletim do aluno entregue periodicamente aos pais e a elaboração de materiais didáticos de apoio e orientação, que são diretivos da ação docente.

O Boletim do estudante apresenta aos pais, principalmente, uma avaliação descritiva e também na forma de conceitos, a partir de metas e objetivos de aprendizagem sistematizados por ciclo. O Boletim teve grande efeito junto aos pais, mostrando que o ensino não ocorre de modo espontâneo, que o currículo existe e precisa ser cumprido por todas as escolas. Ainda segundo os dirigentes, a apresentação de um conceito para o aluno, substituindo a nota, tem oferecido à sociedade uma síntese das aprendizagens que é mais compreendida socialmente falando, dando segurança aos pais sobre o desenvolvimento de seus filhos.

Também destacaram a elaboração e disseminação de materiais diretivos e de monitoramento para apoiar e orientar a ação dos professores, seja pela via cadernos, livros, reuniões, intranet, internet e visitas às escolas. Foi realizado um estudo pela Secretaria que mostrava que os professores não planejavam suas aulas, na maioria das vezes seguindo livro didático, e que hoje, quando o próprio planejamento dos docentes é monitorado, os professores têm planejamentos muito mais adequados e organizados segundo os objetivos do ciclo e das Proposições Curriculares (pode ser consultada em www.pbh.gov.br/educacao). Com isso, são mais capazes de perceber as dificuldades e agir diretamente sobre elas.

Nesse sentido, enfatizam a criação do PIP-Projeto de Intervenção Pedagógica, congregando alternadamente cerca de 20.000 alunos em tempo específico com aulas de reforço (para o 1º. e 2º. ciclos – alunos de 6 a 11 anos), assim como a realização de estudos intensivos no contraturno (para o 3. ciclo – alunos de 12 a 15 anos).

Já a política desenvolvida através dos projetos especiais tem por objetivo atender demandas específicas e desenvolver uma proposta, entendida como uma visão plural, que reconhece múltiplas dimensões do conhecimento e da formação. Nessa visão, nas palavras dos Professores da Secretaria, propõem mobilizar e despertar o interesse pelos projetos dirigindo-se diretamente aos estudantes, para em seguida oferecer uma formação aos professores que se interessem em integrar as propostas, passando à sua implementação em sua escola. Assim a Secretaria elabora e apresenta a propostas; as escolas ou os docentes que se interessarem são convidados para uma formação/planejamento, onde também são oferecidas as condições para a realização do projeto.

O principal projeto apontado como expressivo da proposta pedagógica do município hoje, congregando múltiplos objetivos, é a “Escola Integrada” (que é efetivada por adesão, hoje envolvendo 184 das 186 existentes), envolvendo grupos de estudantes numa organização que ocorre no contraturno com a oferta de oficinas, horário de estudo e atividades diversas. A permanência por dois turnos dos estudantes na escola é sustentada por uma estrutura de alimentação, de higienização, com ampliação de vestiários, refeitórios e outros espaços das escolas. Esta proposta conta com uma equipe específica, tanto de professores da própria Rede Municipal, quanto de estagiários e oficinairos contratados no contexto social ou por área de interesse, realizando-se em inúmeros espaços da cidade, como parques, igrejas, associações e outros. Mostra uma grande riqueza de possibilidades formativas, utilizando-se de um momento para o estudo do estudante, mas também mobilizando nas oficinas múltiplas linguagens da vida cotidiana, da cultura, do lazer e das artes.

A proposta da Escola Integrada incorpora o conceito de “territorialidade”, apresentado em debatido em um conjunto de ações da Prefeitura Municipal. Com ele, segundo os dirigentes, entendem ser cada ação parte de um conjunto que leve o educando a conhecer e reconhecer, a ocupar e transitar no espaço urbano, agindo sobre ele e utilizando toda a infraestrutura dos equipamentos públicos disponíveis. Assim, a Escola Integrada faz parte de uma “rede de proteção” às crianças e jovens, sendo hoje uma ação almejada e procurada pelos pais. Segundo um dos dirigentes “anteriormente os pais dirigiam-se à escola e perguntavam se ela era plural, optando sempre por aqueles que negavam esse título; atualmente, os pais perguntam se a escola é integrada, optando-se por ela para então matricular os seus filhos”.

Salientam ainda que a escola integrada representa um grande avanço na inclusão, no direito das classes populares à escolarização e, por isso, tem um sentido prioritário na política municipal. Destacam ainda a articulação da escola com profissionais diversos da cidade, com mais de 400 parceiros e com estagiários de cursos de licenciatura, possibilitando ações que impulsionam a formação inicial docente, envolvendo 13 instituições de ensino superior. Porém, apontam a dificuldade de ter os espaços físicos adequados e o desafio de articulação do denominado “turno regular” com o turno da escola integrada.

Outros projetos também são desenvolvidos como parte do desenvolvimento da política pedagógica municipal, todos apresentados pelas equipes da Secretaria Municipal e por adesão dos professores e das escolas. São eles: a “Feira de Ciências,

Cultura e Tecnologias”, onde os estudantes elegem temas, realizam investigações e construções diversas, ganhando um espaço conjunto e coletivo para apresentação dos trabalhos finais; “JOVEM-Jogos e Vivências das Escolas Municipais”, especialmente para os adolescentes de 12 a 15 anos, onde se realizam jogos esportivos à escolha dos alunos, encerrando-se com uma festa e não com premiação, conforme a proposta dos próprios professores; “GINCAMAT-Gincana de Matemática”, também voltada para o 3º. Ciclo (anos finais do ensino fundamental), onde se desenvolve uma gincana específica para a aprendizagem e o lazer com a Matemática; “Entrelaçando” e “Floração”, para tratamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos dos ciclos iniciais e do final, do ensino fundamental; “Forum Família-Escola”, onde os pais entendem melhor os processos pedagógicos e participam da escola; “Programa Biblioteca”, onde todas as escolas oferecem condições com profissionais apropriados, com acervo rico e desafiador, inclusive com computadores; também nesse projeto, cada estudante recebe um kit anual com livros de literatura. “BH para crianças”, um programa de visitas em excursões a espaços da cidade, como os parques, museus e outros espaços da vida social e cultural; “Sala de atendimento especializado”, com mais de 40 núcleos estratégicos, este projeto visa o atendimento do estudante com deficiência, articulando-se com as ações das escolas.

Sobre os ciclos de idade de formação, conforme propostas da Escola Plural, os Professores Coordenadores consideram que hoje “estão totalmente implantados”, inclusive com equipes docentes que se organizam por ciclos, assim como também os espaços e tempos escolares. Consideram que hoje há mais entendimento da proposta dos ciclos, com a organização dos espaços e das ações respeitando as especificidades de cada idade. No funcionamento dos ciclos, os estudantes podem ficar retidos/reprovados ao final do 3º. ano de cada ciclo, tendo se desenvolvido durante os três anos ações diversas de acompanhamento e tratamento das dificuldades que surgem. Reconhecem que há certos problemas que ainda não foram resolvidos: como exemplo citam o sexto ano (antiga 5ª. série) que continua “isolada” em muitas escolas, não se integrando nem ao segundo e nem ao terceiro ciclo; isso ocorre em razão de ser o profissional que atua neste ano motivo de polêmica, tendo a Secretaria encaminhado a atuação do professor pedagogo, orientação essa contestada pelo Sindicato dos docentes. Relativamente ao terceiro ciclo, onde atuam os professores com formação disciplinar, a análise dos Professores Dirigentes indica que hoje se motra mais articulado e integrado, em função

das ações desenvolvidas pela Secretaria para uma construção curricular mais planejada e articulada.

Fizemos a pergunta sobre a “pedagogia de projetos” e toda a perspectiva curricular apresentada pela Escola Plural, como é vista hoje nas ações da Rede Municipal. Os Coordenadores entendem que o nome não é mais utilizado, que está superado, mas que nos projetos das escolas propostos pela Secretaria Municipal a ideia da investigação está muito presente, atendendo à curiosidade do educando e visando aprendizagens significativas. “Substituímos o portfólio pelo diário de campo”, mas desenvolvemos pesquisas, agora mais preocupados com a sistematização e organização do conhecimento escolar, concluem.

Em síntese, os dirigentes colocam que quando assumiram a Secretaria Municipal nos anos 2005/6, a política era confusa, diluída, tendo hoje a direção pedagógica uma política única, inclusive por ser a equipe mais uniforme e articulada (diferentemente do que fora no período de elaboração e implantação da Escola Plural). Segundo os Professores “a nossa equipe hoje é constituída de professores que estiveram sempre envolvidos com a Escola Plural, que compreendem e defendem os seus princípios e eixos de ação; porém, hoje temos unidade e damos direção ao docente, proporcionando a efetividade do processo, dando clareza e força para as ações dentro dos mesmos princípios”. Afirmam que “a Escola Plural analisou e propôs atuação reconhecendo e atuando sobre a diversidade e a diferença; hoje nós atuamos para a equidade”.

Também mostraram que todas essas ações se constituem num conjunto que se desenvolve de modo articulado, que não podem ser vistas de modo separado de um contexto histórico e das condições do município hoje. Expressaram que a política é mais diretiva, intencionalmente, pois a Rede Municipal é muito grande e diferenciada. Que os projetos propostos como parte da política municipal aparecem aos docentes como “exigências” num primeiro momento, mas logo passam a perceber que são colocados como um suporte à sua prática pedagógica, como amparo e direção, o que proporciona inclusive a ampliação do sentido de “rede”. Ressaltaram, nas análises que fizeram, que tanto o planejamento docente na escola, monitorado pela Secretaria, quanto os projetos e propostas de modo centralizado, não podem ser vistos como ações que se revertem automaticamente em qualidade de ensino, pois há fatores locais e sociais diversos a considerar. Contudo, sentem-se bastante reforçados com a ampliação expressiva do avanço dos índices de aprendizagem com as avaliações institucionais, além do retorno constante, nos diversos momentos de síntese e fechamento dos projetos, quando pais,

estudantes e professores mostram sua satisfação com as ações de ensino que se desenvolvem.

O papel da escola no contexto da universalização

Do ponto de vista do direito à escola, na visão expressa por Miguel Arroyo (2000; 2010), certamente a Escola Plural marcou um tempo e um momento social como iniciativa inovadora quando cria uma alternativa concreta contra a exclusão escolar. Combatendo a seriação, a lógica transmissiva dos conhecimentos na escola, a avaliação que selecionava crianças e jovens, criando os ciclos, propondo a aprendizagem por investigações e uma avaliação qualitativa e contínua, a Escola Plural procurou “quebrar” estruturas vigentes na escola pública. Mas não apenas guiada pela referência do direito de todos, também por entender ser o papel da escola o encontro, a vivência, a convivência e a aprendizagem que faça sentido para o educando. Por entender ser a escola um espaço sócio-cultural.

A nova proposta da educação para as escolas municipais, que procuramos resumir na segunda parte desse texto, tem outros sentidos. Acreditamos poder afirmar que o propósito de garantir o direito à educação, como tarefa do Governo em todos os níveis, se mostra claramente presente nas visões e ações descritas pelos Professores Coordenadores. Destaca-se ainda uma ênfase ao papel da escola de proporcionar aprendizagem e da construção de conhecimentos fundamentais, bases para uma formação geral e profissional, a que todos se encaminham.

O entendimento do papel da escola no momento social vivido esteve no centro das propostas tanto na Escola Plural quanto nas propostas que hoje se desenvolvem, sempre lembrando que aqui estamos considerando as visões dos dirigentes. Isto é, observamos hoje no projeto da Secretaria Municipal de BH uma perspectiva mais situada na transmissão do conhecimento, diante da exposição sobre o planejamento curricular e o desenvolvimento de projetos diversos, mas especialmente pelo monitoramento do planejamento docente, das dificuldades de aprendizagem dos estudantes e da avaliação bastante situada (com boletim, participação em exames locais e nacionais). Mostram uma política que se utiliza dos índices de avaliação institucional para construir metas e conquistar objetivos de aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, contrapõe-se à Escola Plural que, como projeto, mostrava-se mais focada nos sujeitos sociais e no seu desenvolvimento sociocultural, propondo grande flexibilidade

na construção curricular, onde a escola era vista como um espaço de vivência e ampliação da cultura (ver Cadernos Escola Plural, 1995/96).

Essa é uma questão que esteve e está no centro dos debates. De um lado, a escola com o foco na transmissão do conhecimento disciplinar está associada até recentemente à lógica bancária (Paulo Freire), seriada, fragmentada, propedêutica e excludente. Na experiência brasileira, a escola tradicional só tem sucesso realmente nas classes ricas, que contam com aparatos sociais diversos em apoio ao seu propalado êxito. Com isso não queremos desprezar o sucesso na escolarização obtido por pessoas das camadas médias e pobres a partir da escola pública, pois têm uma história de resistência e esforço específicos, mas constituem parcelas muito pequenas. De outro lado, com experiências como a Escola Plural, que trazem a perspectiva da formação humana para a escola, buscando apoio no direito a ela e a uma formação geral, ao colocarem os sujeitos em formação como o centro, se identificam como propostas que não proporcionam aprendizagens. Nesse caso, como a escola pública se volta massivamente para as classes pobres, também vamos ter muitos elementos que influenciam nas dificuldades de aprendizagem. São muito recentes as experiências para se ter uma conclusão mais assertiva.

Segundo Michael Young (2011, p. 610), “se vamos dar um sentido sério à importância de uma educação em uma sociedade do conhecimento, é necessário tornar a questão do conhecimento nossa preocupação central, e isso envolve o desenvolvimento e uma abordagem ao currículo baseada no conhecimento e na disciplina, e não baseada no aprendiz, como presume a ortodoxia atual”. O autor defende uma organização do conhecimento pautada em conceitos essenciais das áreas de conhecimento, que devem ser aprendidos na escola.

Nesse debate, onde as opiniões são diferenciadas, talvez estejamos em uma elaboração mais ampla e social de projetos de escola que privilegiem aprendizagens e construção de conhecimentos de modo articulado ao desenvolvimento sociocultural dos educandos. Uma escola que não seja tão rígida e pouco criativa como a escola tradicional, que acolha a curiosidade das crianças e jovens, que proporcione contato e análise dos conceitos fundamentais da ciência, que seja tecnológica, competente e transmita com alegria e prazer os conhecimentos socialmente relevantes.

Além dessa polêmica, retomando os referenciais da Escola Plural que queremos considerar nesse texto, a organização em ciclos era absolutamente essencial, pois cercava o que denominava de “idade de formação”, tanto para os discentes quanto para

os docentes, de modo que esse recorte favorecia ações de ordem social, cultural, de vivência e convivência, de aprendizagem, proporcionando um “crescimento equilibrado”. Embora a fala dos colegas dirigentes da Secretaria Municipal quando se referem aos ciclos como uma questão resolvida, tal entendimento carece de melhor análise e comprovação prática.

A ênfase da atual política municipal em utilizar o monitoramento pelas avaliações institucionais tem sido muito criticada pelos docentes em vários momentos públicos e de contatos com a Universidade, embora não tenhamos feito um estudo especial sobre isso. Se há uma tensão na vida escolar, talvez nem seja pela adesão a testes, mas pela grande quantidade deles em cada ano letivo e em periodicidade tão restrita, o que pode estar criando mais um controle excessivo e inibidor de iniciativas das escolas e dos docentes, do que um uso de tomá-los como uma referência geral. Ou seja, não queremos negar a importância dos testes e de sua consideração para uma aprendizagem socialmente situada e, até mesmo, universalizada, mas tomá-los como foco da política educacional pode significar um sufoco a iniciativas mais criativas e formadoras. A prevalecer essa política, como fugir de uma lógica do treinamento para os testes? Podemos entender a prevalência de uma perspectiva produtivista dos dirigentes municipais refletida nas propostas do “monitoramento” e testes, em coerência inclusive com a política federal e também internacional, que hoje pode ser considerada dominante.

Sobre a construção curricular, as atuais políticas oficiais não se referem a propostas locais de grupos de docentes ou das escolas, de modo que as ações curriculares principais são centralizadas e dirigidas. A Secretaria Municipal organizou um processo de construção curricular em 2006, retomando-o a cada ano com os docentes e enriquecendo-o com experiências consideradas de sucesso das escolas.

A perspectiva mais ou menos diretiva da Secretaria Municipal, quando à política pedagógica, está relacionada à visão dos processos formativos e da política municipal geral. Hoje, como há metas calcadas em índices de aprendizagens a serem conquistadas, justificam-se os dirigentes as múltiplas intervenções que realizam. Antes, com a Escola Plural, mesmo sendo uma proposta que não se implantou por adesão, mas de um modo geral em todas as escolas, não foram produzidas diretrizes claras, pretendendo-se que fossem construídas em diálogo com os professores, estudantes, pais e comunidades. Nesse sentido, a Escola Plural é entendida pela atual administração como tendo sido extremamente espontânea diante dos processos de aprendizagem.

Esperando ter problematizado alguns aspectos relativos à política educacional nas Escolas Municipais de Belo Horizonte, só podemos constatar que o movimento pela mudança da escola prossegue, obviamente como um jogo de um conjunto de forças e segundo contextos políticos local e gerais. As visões e concepções em debate são bastante pertinentes para se compreender que processos sociais podem ser construídos na escola e nas comunidades para as novas gerações. As pesquisas também prosseguem, com elas poderemos avançar nos entendimentos desses pontos. Esperamos que esse trabalho possa contribuir para situar as propostas políticas em um polo importante da educação brasileira e deixamos vários pontos como lacunas, inclusive para outros estudos que deverão ouvir a sociedade, especificamente os docentes e os estudantes, pois o que retratamos aqui tem como base visões oficiais.

A escola básica hoje está definida em leis e orientações nacionais como um projeto de desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens como um direito de formação e de cidadania, o que deve ser visto como um avanço, fruto de uma construção histórica importante de movimentos sociais, especialmente dos docentes em todo o País. Nesse sentido, não se pode negar que a Rede Municipal de Belo Horizonte continua em movimento de mudanças nas últimas décadas, com tensões e dificuldades, mas também com diversas e ricas experiências e práticas.

Referências

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro. *Avaliação escolar: um processo de reflexão da prática docente e da formação do professor no trabalho*. Tese. Orientação: Leila de Alvarenga Mafra. PPG Educação-FAE-UFMG, Belo Horizonte, 1998.

DALBEN, A. I. L. F. *Avaliação externa do Programa Escola Plural. Pensar BH Política Social*, SMED/PBH, Belo Horizonte, 2001.

MIRANDA, Glaura Vasquez de. *Escola Plural*. www.scielo.br (estudos avançados 21 (60), 2007), consultado em janeiro de 2012.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. *Escola Plural: proposta político-pedagógica da Rede Municipal de Belo Horizonte*. Cadernos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6. Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, MG, 1994/995/1996.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. *Cadernos: Projeto Terceiro Ciclo: sujeitos e práticas; Projeto Monitoramento*. Outros projetos 2011/12. Consulta em www.pbh.gov.br/educacao.

SOARES, Claudia Caldeira. *Construindo a Escola Plural: a apropriação da Escola Plural por docentes do 3º. Ciclo do ensino fundamental*. Dissertação. Or: Eustáquia Salvadora de Sousa. PPG-Educação-FAE-UFMG, BH, MG, 2000.

VALADARES, Juarez Melgaço. *A Escola Plural*. Tese. Orientador: Alberto Villani. FEUSP, São Paulo, 2008.

YOUNG, M. F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. *RBE*, v. 16, n. 48, set.-dez., ANPED, Autores Associados, 2011.

¹ Professora da Faculdade de Educação da UFMG, diretora no período 2010/2014. samira@fae.ufmg.br

² O município Belo Horizonte possui hoje 186 escolas que oferecem educação infantil, ensino fundamental e algumas com ensino médio. Possui cerca de 13.000 professores, todos admitidos por concurso público, um salário inicial de R\$1.676,00. Possui em torno de 180.000 alunos no ensino fundamental e médio. Possui 32 UMEIs - Unidades Municipais de Educação Infantil com cerca de 42.000 alunos.

³ A conversa durou cerca de uma hora e meia, ocorreu no dia 19 de abril, de onde foram feitos os registros citados.